

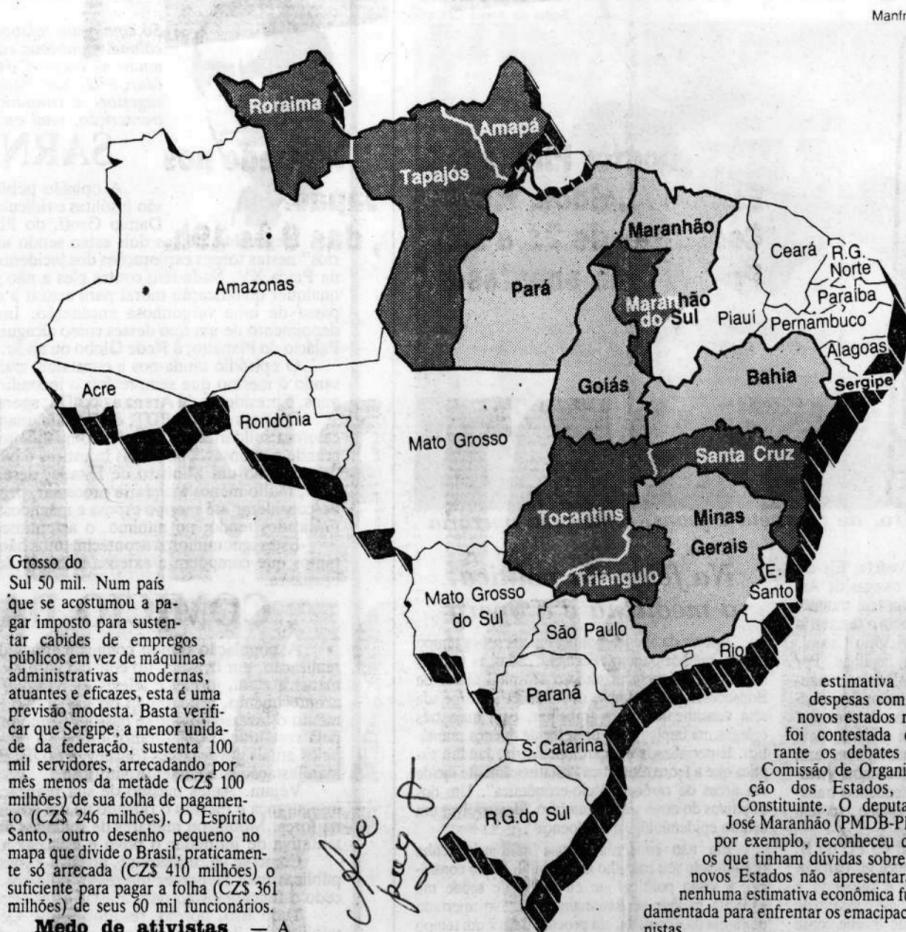
Criação de 5 estados custará mais de CZ\$ 1 bilhão

Apenas a fase inicial de instalação dos cinco novos estados que a Constituinte está querendo criar — Tapajós, Maranhão do Sul, Santa Cruz, Tocantins e Triângulo — custará aos cofres da União cerca de CZ\$ 1,2 bilhão. Este é o dinheiro mínimo necessário para que comecem a funcionar cinco novos palácios de governos, com uma rede de repartições para as quais se exigirá, além da compra de móveis e carros, um quadro de pelo menos 250 mil funcionários.

O cálculo tem por base o que custou a criação há 10 anos do estado de Mato Grosso do Sul. Na época, o valor estipulado para essas despesas iniciais foi de 640 mil ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). O deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que foi presidente da subcomissão da Constituinte encarregada de analisar as propostas de redivisão territorial, tomou por base esse valor para apresentar, juntamente com o deputado José Freire (PMDB-GO), a única proposta de criação de novo estado fundamentada com projeção de "despesas preliminares". Hoje, convertidas, as 640 mil Obrigações do Tesouro (agora, OTNs) correspondem a cerca de CZ\$ 235 milhões, dinheiro que Siqueira Campos acha indispensável para o início de funcionamento de cada um dos cinco novos estados.

Cabides — Nessa importância já estão incluídas as despesas com a instalação do tribunal de justiça e do aparelho policial de cada estado. Os custos com a criação de assembleias legislativas poderiam ser bancados com receitas próprias, uma vez que as primeiras eleições para deputado estadual nas novas unidades só se realizarão em 1990, juntamente com as dos demais estados, se a proposta em discussão na Constituinte for aprovada em todas as etapas de votação.

A formação de um quadro de 50 mil servidores em cada novo estado, com aproveitamento de funcionários que já atuam na área e a contratação de outros, é uma previsão que também se baseia na redivisão de Mato Grosso. Hoje, Mato Grosso tem 55 mil funcionários, Mato



Grosso do Sul 50 mil. Num país que se acostumou a pagar imposto para sustentar cabides de empregos públicos em vez de máquinas administrativas modernas, atuantes e eficazes, esta é uma previsão modesta. Basta verificar que Sergipe, a menor unidade da federação, sustenta 100 mil servidores, arrecadando por mês menos da metade (CZ\$ 100 milhões) de sua folha de pagamento (CZ\$ 246 milhões). O Espírito Santo, outro desenho pequeno no mapa que divide o Brasil, praticamente só arrecada (CZ\$ 410 milhões) o suficiente para pagar a folha (CZ\$ 361 milhões) de seus 60 mil funcionários.

Medo de ativistas — A

estimativa de despesas com os novos estados não foi contestada durante os debates na Comissão de Organização dos Estados, na Constituinte. O deputado José Maranhão (PMDB-PB), por exemplo, reconheceu que os que tinham dúvidas sobre os novos Estados não apresentaram nenhuma estimativa econômica fundamentada para enfrentar os emancipacionistas.

Maranhão acha que se a Constituinte, no final, efetivamente aprovar os cinco novos Estados, o resultado será "uma verdadeira convulsão". Curiosamente, ele próprio, com todas as suas queixas, votou a favor de quase todos os novos estados menos Tapajós. "Você sabe que entre os 63 membros da Comissão prevalecem sempre os ativistas e não é simpático nem progressista ser contra a emancipação de um estado" — justificou.

O estado de Tocantins, por exemplo, foi aprovado por unanimidade na Comissão. Os de Santa Cruz, Tapajós, Maranhão do Sul e Triângulo, por 45 votos contra 12. O estado de Juruá — que englobaria 12 municípios do Amazonas, na fronteira com o Acre — só não foi aprovado por absoluto desinteresse de seus patrocinadores. O autor da emenda de sua criação, deputado Carrel Benevides (PMDB-AM), não estava no plenário no dia da votação.

O senador José Richa, relator da Comissão, não apresentou dados econômicos para defender a manutenção do atual mapa do Brasil. Na introdução a seu anteprojeto, Richa limitou-se a argumentar que os estados não deveriam ser criados porque esse assunto seria "matéria infraconstitucional" — isto é, seria melhor tratá-lo em lei complementar, "após estudos mais profundos que não poderiam ser realizados dentro dos rígidos cronogramas do processo constituinte".

O anteprojeto da futura Constituição também prevê a transformação em estados dos Territórios de Roraima e Amapá. Siqueira Campos acha que, como já têm estruturas administrativas montadas, não teriam despesas adicionais significativas. Além disso, o anteprojeto cria uma Comissão de Redivisão Territorial do País, com cinco representantes do Legislativo e outros cinco do Executivo, destinada a receber nos 10 primeiros dias de sua instalação propostas de criação de novos estados.

Sabóia diz que nova anistia fere hierarquia

Mauro Malin

BRASILIA — O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, combate a anistia proposta no artigo 482 das Disposições Transitórias do anteprojeto de Constituição — que permitiria a ex-militares a volta ao serviço ativo — porque está convencido de que a reintegração provocaria a quebra da hierarquia e da disciplina, sem as quais a corporação militar é inconcebível.

O texto incorporado ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral é o que foi proposto pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel. Concede anistia não apenas aos punidos por atos de exceção, mas aos "atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por qualquer diploma legal, atos institucionais, complementares e administrativos".

A preocupação de ampliar as anistias concedidas em 1979 pelo presidente João Figueiredo e em 1985 pelo Congresso Nacional, que norteou os constituintes, é precisamente o que faz o almirante Sabóia reagir, porque torna anistiaíveis cerca de 1.500 marinheiros e suboficiais que se rebelaram antes de 1º de abril de 64 e, punidos administrativamente, por atos de indisciplina, ficaram até hoje à margem da reabilitação.

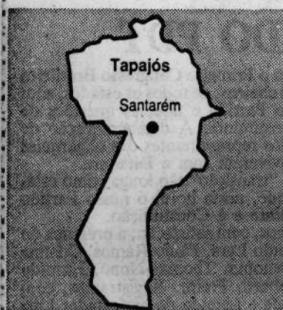
Ressentimento — Mas o que concentra a resistência da Marinha a essa proposta é a cláusula de retorno ao serviço ativo. Assegura-se a "reintegração com todos os direitos e vantagens inerentes ao efetivo exercício, presumindo-se satisfeitas todas as exigências legais ou estatutárias da carreira civil ou militar".

Supor que o militar cassado teria percorrido com êxito todas as etapas da carreira poderá significar concretamente, por exemplo, receber de volta nas fileiras, como capitães-de-fragata do quadro de oficiais auxiliares, sargentos expulsos há 23 anos. Ou, hipoteticamente, reintegrar como almirante um oficial cassado quando era comandante.

Sabóia não mede palavras para externar o pensamento da Marinha: "Isso seria a quebra da hierarquia. Estaria aberto o caminho da indisciplina. Esse pessoal voltaria com ressentimento e criaria sérios problemas". O almirante argumenta que a reintegração, nesses termos, representaria uma injustiça com os que ficaram na ativa — servindo, submetendo-se a provas e seleções — ou passaram para a reserva por terem sido preteridos nas promoções.

O ministro não se assusta com as despesas que possam advir da nova anistia: "Será um problema do Tesouro Nacional". O que o preocupa, e muito, são os requerimentos de equiparação que indefere sistematicamente desde a anistia de 85. São oficiais que querem, como os anistiados, ganhar promoção na reserva, algo que não existe desde 1965. Henrique Sabóia acha que esses homens estão esgotando as vias administrativas para, em seguida, tentar obter na Justiça promoção análoga à que, por exceção, foi dada aos anistiados.

Tapajós



População — 500 mil
Área — 450 mil km²
Municípios — 11
Arrecadação ICM — CZ\$ 180 milhões



Divisão alenta sonho paraense

Ao comemorar este mês seus 326 anos, Santarém — segunda cidade do Pará, com 280 mil habitantes — acalentava um sonho: o de tornar-se capital do novo estado do Tapajós. É um sonho recente, de quando Getúlio Vargas desmembrou o estado do Pará, criando o território do Amapá; mas com a maior arrecadação tributária da região do Baixo Amazonas (12 milhões mensais), os mocoróngos (habitantes de Santarém) ansiavam pelo futuro.

Com o asfaltamento da Cuiabá-Santarém, o oeste do Pará crescerá de importância. Situada na margem direita do rio Amazonas, na confluência com o Tapajós, Santarém será elevada ao status de principal entreposto comercial da Amazônia, pois está exatamente no meio do caminho entre Belém e Manaus, serve ao abastecimento dos municípios da margem esquerda do rio e atua como ligação com o Amapá, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

O Pará perderá 40% de sua arrecadação de ICM, se os 10 municípios liderados por Santarém (Itaituba, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Altamira, Aveiros, Faro, Almerim e Juruí) resolverem se emancipar. Só a progressista Monte Alegre, com 80 mil habitantes e terras muito férteis, que a fazem recordista em produção agrícola no Amazonas, disputa com Santarém o título de capital do novo estado do Tapajós. Mas Santarém está indicada como capital no Ante Projeto

A idéia não agrada ao governador Hélio Gueiros, que acusa o projeto de pretender "tirar do Pará as melhores terras". Políticos do Baixo Amazonas, como o deputado federal Paulo Roberto Mattos, o deputado estadual Otí Santos e o próprio prefeito de Belém, Ronaldo Campos, porém, consideram a divisão territorial a melhor maneira de acelerar o desenvolvimento econômico da região do Tocantins, alicerçado na hidrelétrica de Tucuruí, no minério da Serra dos Carajás, no ouro de Serra Pelada e no distrito industrial de Marabá

Maranhão do Sul



População — 1 milhão
Área — 120 mil km²
Municípios — 19
Arrecadação ICM — CZ\$ 30 milhões



De área do crime à futura capital

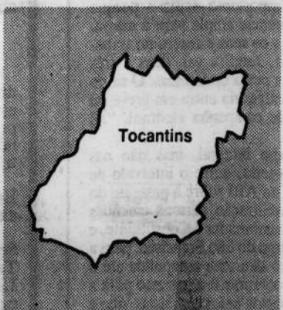
Com quase 300 mil habitantes, encravada entre Maranhão, Pará e Goiás, Imperatriz abandonou a imagem de reduto do crime organizado e ponto de conflito por questões de terra para tornar-se centro econômico do Nordeste, com um poder político ligado à sua importância no estado do presidente da República. Agora, poderá passar a capital do novo estado do Maranhão do Sul.

O prefeito José de Ribamar Fiquene, ex-malufista hoje no PFL, nunca precisou ir a São Luís para obter recursos para a cidade: trata as questões diretamente com Brasília. Recentemente, conseguiu atrair para Imperatriz CZ\$150 milhões do Promorar e FAS (Fundo de Assistência Social). Sozinho, o município arrecada CZ\$430 milhões mensais de ICM. Afundam dezenas de madeiras e indústrias de pequeno porte. Há 1 milhão de cabeças de gado.

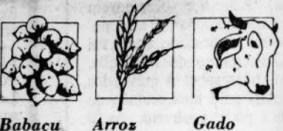
O senador Edison Lobão (PFL-MA) e os deputados Davi Alves Silva (PDS-MA) e José Teixeira (PFL-MA), todos ligados à UDR (União Democrática Ruralista), vêm, nos últimos tempos, fazendo de Imperatriz seu feudo político. Considerados pais do movimento separatista, eles já têm seus nomes espalhados em plásticos e adesivos, que começam a ser distribuídos fartamente na região.

"O Lobão, não tendo mais chances lá em cima, quer se apoiar nos fazendeiros e sair governador daqui", interpreta o farmacêutico Jeremias do Prado, 27, que, assumindo a apatia da população da área, vê a movimentação com frieza. O governador Epitácio Cafeteira é contra a divisão e para minar as idéias de seus adversários tentou o recurso de transferir a sede do governo para Imperatriz, a fim de dar mais atenção a seus habitantes. Embora considerando as iniciativas separatistas "uma simples divisão de latifúndios", o bispo da Diocese Imperatriz-Carolina, dom Alcimar Caldas Magalhães, tomou o cuidado, antes de pedir seu afastamento de Imperatriz (depois de receber duas ameaças de morte), de recomendar uma diocese própria para a virtual capital do novo estado.

Tocantins



População — 1,1 milhão
Área — 298 mil km²
Municípios — 60
Arrecadação ICM — CZ\$ 2,8 bilhões



Separatistas no Oeste aumentam

A luta pela divisão de Goiás tem 178 anos e as razões recadem sempre sobre o descaço das autoridades do Sul com a região Norte e o baixo índice de investimentos na área, que pretende merecer, do Fundo de Participação dos Estados (FPE), um volume de recursos superior ao que o governo lhe tem destinado.

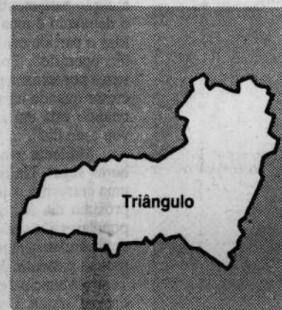
Estudioso do assunto e defensor da separação, o economista Célio Costa acredita que "o Tocantins receberá a reaplicação direta do ICM arrecadado, ao passo que hoje é obrigado a repassar 80% desta verba para Goiás" e, juntando isto às suas riquezas próprias, nascerá como um estado sem dívidas.

A área teve grande impulso de desenvolvimento com a rodovia Belém-Brasília, que representou o coroamento da *Marcha para o Oeste* imaginada pelo presidente Getúlio Vargas. Nos últimos 20 anos, a chegada de agricultores e pecuaristas do Sul, principalmente gaúchos, foi responsável por mais uma violenta transformação.

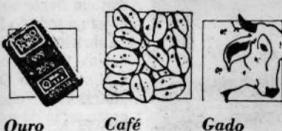
Em pouco tempo, segundo o economista, a região acima do paralelo 13, que sedia as últimas reservas indígenas de Goiás, poderá se tornar o décimo produtor de grãos do país, obtendo igual colocação com seu rebanho de bovinos, além de marcar um sexto lugar como produtor de arroz e um terceiro na extração de babaçu. Para tocar a estrutura administrativa do novo estado, Célio Costa calculou em apenas 20 mil o número de servidores necessários, em contraste com a máquina goiana, que funciona com uma superpopulação de 142 mil funcionários públicos.

Em 1985, o presidente José Sarney vetou por duas vezes a iniciativa das forças separatistas goianas. Se hoje não se discute onde será a sede do novo governo — Porto Nacional, à margem do Tocantins, liderou o movimento no século passado e é candidata nata a capital, embora Gurupi e Araguaína também queiram disputar —, a criação do estado de Tocantins já seduziu até o governador de Goiás, Henrique Santillo e tem adeptos em todos os partidos

Triângulo



População — 2,1 milhões
Área — 133 mil km²
Municípios — 75
Arrecadação ICM — CZ\$ 15 bilhões



Mineiros podem perder celeiro

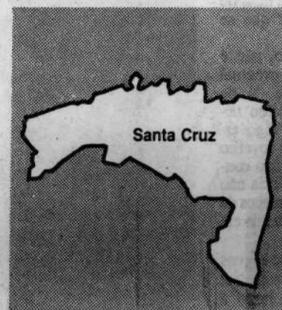
— Minas roubou de Goiás seu território mais rico. Historicamente, somos ligados ao Sul de Goiás e do Mato Grosso, e culturalmente a São Paulo. Nada, nem o relevo sem montanhas, nem a linguagem, nos liga a Minas Gerais.

A enfática declaração é do escritor Mário Palmério, um dos mais fervorosos adeptos das idéias separatistas que voltam a agitar os mineiros dos 75 municípios do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste, empenhados em se agregar numa nova unidade federativa: o estado do Triângulo. Argumentos pró e contra a divisão de Minas Gerais não faltam, nesta luta que vem da primeira metade do século passado, com a tentativa de anexação a São Paulo da área que concentra 30% da produção mineira de grãos e café e detém um terço do rebanho bovino do estado. Deputado federal pelo PTB mineiro de 1950 a 1962, o autor de *Chapadão do Bugre* e *Vila dos Confins* apresentou sua proposta de criação do novo estado em 1952.

Em reunião realizada em junho em Araxá, estância hidromineral e importante centro mineiro, os novos separatistas elegeram uma comissão geral para coordenar a luta pela causa. O prefeito da cidade, Araceli de Paula, é um dos que acham que, arrecadando 35% do total do ICM de Minas, "não há por que o Triângulo carregue o resto do estado nas costas". Mas Araxá, se vier a se concretizar essa idéia, disputará com as tradicionais rivais (entre si) Uberaba e Uberlândia o papel de sediar o novo governo.

O governador Newton Cardoso considera o projeto "idéia de meia dúzia de pessoas sem mineração e patriotismo" e não vê razões para "dividir a miséria". Ao contrário, sugere que Minas Gerais se una a Goiás, "para formar um estado mais forte". O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), segundo mais votado no estado, afirma ter recebido de Tancredo Neves a incumbência de colocar-se contra as propostas de divisão "Por sua tradição, importância e pelo equilíbrio que Minas representa na federação, é um estado indivisível" conclui

Santa Cruz



População — 3,7 milhões
Área — 230 mil km²
Municípios — 157
Arrecadação ICM — CZ\$ 6,5 bilhões



Baianos vão autor da idéia

Há duas semanas, ao entrar no estádio Luiz Viana Filho, quando jogavam Itabuna e Vitória, o deputado federal Fernando Gomes (PMDB-BA) teve seu nome anunciado pelo serviço de som como o autor do projeto de criação do estado de Santa Cruz. O parlamentar pôde então sentir na pele uma demonstração expressiva do pensamento regional — justamente em Itabuna, importante centro cacaceiro cotado para capital local — sobre sua proposta: recebeu uma prolongada e estrondosa vaia.

Reações tão veementes quanto esta têm partido do poder estadual e de lideranças empresariais, culturais e científicas. Na Assembleia Legislativa foi lançada a campanha *A Bahia não se divide*, com adesões de parlamentares e líderes políticos de vários partidos. "Temos que repetir incessantemente que a Bahia é indivisível. A Bahia é indivisível e vai vencer porque tem um encontro com a história deste país", costuma ressaltar, em discursos emocionados, o governador Waldir Pires.

A arrecadação de ICM do novo estado sequer chegaria a um quarto do total atualmente arrecadado pela Bahia, o que pode provocar seu retorno a uma economia exclusivamente comercial, exportadora e dependente, baseada apenas nas culturas do cacau, café e algodão. Há mais de 10 anos o cacau deixou de ser a principal fonte de arrecadação e hoje detém menos de 26% da arrecadação estadual — argumentam vozes contrárias à separação.

Mesmo com o apoio da Rádio Difusora Sul da Bahia, da qual o deputado Fernando Gomes é dono, a proposta separatista não vem conquistando corações. O estado de Santa Cruz, que ficaria com cinco dos 10 maiores municípios baianos — Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, não encontra adeptos nem entre seus prefeitos. Todos já se pronunciaram contra a idéia.

Reportagem de Alexandre Polesi (Brasília), Antônio José (Belém), Montezuma Cruz (São Luís), Joãoam Carvalho (Goiânia), Lucia Helena Gazolla (Belo Horizonte) e Kleber Torres e Victor Hugo Soares (Salvador)

Só 34 oficiais querem retornar

Entre o comando da Marinha e os partidários da anistia há um conflito frontal de concepções. O capitão-tenente da reserva José Miguel Camolez é um dos raríssimos oficiais afastados das três forças que têm condições estatutárias e idade para ser reintegrado — e faz questão disso. Ele foi preso em 1973 em Salvador e diz que foi torturado no Rio sob acusação de ligação com a RAN (Resistência Armada Nacionalista). Cassado pelo AI-5, anistiado em 79, seu pedido de reintegração foi vetado em 1980 pelo então ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca.

Camolez, que faz lobby em Brasília pela anistia com reintegração, pensa de forma perfeitamente oposta à do almirante Sabóia:

"A reintegração é a única maneira de concluir o processo de transição democrática. O regresso desses pouquíssimos oficiais é o que representa a democracia chegar às Forças Armadas, demonstração de que não se pode rasgar a Constituição. Porque os cassados, sobretudo os de 64, tentaram defender a Constituição."

José Miguel Camolez garante que, dos 417 oficiais excluídos das Forças Armadas, não chegam a 80 os que podem ser reintegrados, e destes apenas um na Aeronáutica, cinco na Marinha e 28 no Exército estão dispostos a voltar ao serviço ativo.

Pressão — Disposição que, para o coronel Ruy Moreira Lima, afastado da Aeronáutica em 1964, não duraria muito: "Mandam o sujeito para Tabatinga (AM), depois para Ladário (MS), ele fica sob pressão, não aguenta e acaba desistindo". Moreira Lima é um dos ardorosos defensores da anistia com reintegração. Afirma que a Marinha repele a anistia dos 1.500 marinheiros e suboficiais (no Exército e na Aeronáutica praticamente não há casos assim) porque puniu administrativamente não só os rebeldes mas também "corruptos, homossexuais, indisciplinados. Agora, não quer voltar ao assunto".

O coronel, herói da FAB na Segunda Guerra Mundial, é a favor do pagamento de indenização aos punidos. "Como reparar centenas de punições aplicadas em acusados posteriormente absolvidos na Justiça Militar?"